



RISE Resilience
Investment
Sustainability
& Equity
ISTP

Construção de Infraestruturas e Recursos de Irrigação

V1.0-20251205

1. Resumo Executivo

Nome	Construção de Infraestruturas e Recursos de Irrigação
Setor	Agricultura, Água e Economia Azul
Localização	Norte e centro-norte de São Tomé (Lobata, Cantalago, Mé-Zóchi) e Ilha do Príncipe.

O projeto integra o eixo Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Resiliência Climática da ENDS 2026–2040 e da Estratégia de Transição da Economia Azul, articulando água, agricultura e sustentabilidade.

Com recursos hídricos superiores a 2,18 mil milhões m³/ano, o país mantém uma agricultura dependente da chuva. Apenas 1.553 ha (3%) são irrigados. O potencial irrigável identificado no Diagnóstico de Irrigação aponta para 2.035 a 2.149 ha mobilizáveis com sistemas modernos de economia de água (gota-a-gota e aspersão), justificando a criação de um programa nacional de infraestruturas hidráulicas modernas. No entanto, o potencial de irrigação para culturas alimentares está estimado em 6.706 ha, sendo 6.590 ha em S. Tomé e 116 ha na Ilha do Príncipe.

Objetivo

Reforçar a segurança alimentar e a resiliência climática através da modernização e expansão da irrigação agrícola.



Resultados principais:

- 6 sítios de mobilização hídrica, com volume total regularizável de cerca de 23,7 milhões m³;
- Até 2.150 ha irrigados;
- aumento de até 60% da produção alimentar até 2035;
- redução de 40% das importações;

formação de técnicos e agricultores para gestão e manutenção dos sistemas.

Investimento total estimado: 107,3 milhões €, financiado por fundos públicos, multilaterais e privados.

Mensagem-chave:

“Investir em irrigação é investir na soberania alimentar e na estabilidade climática de São Tomé e Príncipe.”

2. Contexto e Oportunidade

O diagnóstico nacional (STUDI International, 2018) revelou abundância hídrica, mas fraca mobilização e infraestrutura. O país enfrenta défices acentuados no norte e uma agricultura vulnerável à estação seca.

Problemas principais:

- Pobreza rural (66%) e dependência alimentar >70%;
- Insuficiência institucional e ausência de quadro jurídico para irrigação;
- Erosão e degradação de solos;
- Fraco associativismo e escassa manutenção de sistemas existentes.

Potencial identificado:

O Diagnóstico identificou 6.940 ha como potencial geral em termos de zonas homogêneas de vocação agrícola, mas o potencial irrigável efetivo com água mobilizável corresponde a 2.035–2.149 ha (5.725 ha e 1.215 ha referem-se à cartografia SIG-AMC, não à área irrigável com infraestruturas reais).

As prioridades técnicas imediatas são: Manuel Jorge, Rio D'Ouro, Rio Godo e Bacharel.

A mobilização de cerca de 2.000 ha poderá suprir grande parte das necessidades alimentares e gerar emprego rural.

Alinhamento estratégico:

- PEND 2025–2039 – segurança alimentar e resiliência climática;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2026–2040) – transição para Economia Azul e Verde;
- ODS 2 e 13 – Fome Zero e Ação Climática.

Conclusão: A irrigação é o eixo de transformação produtiva que une agricultura, resiliência climática e desenvolvimento local sustentável.

Descrição do Projeto

Objetivo geral:

Reforçar a resiliência e produtividade agrícola com base na mobilização eficiente dos recursos hídricos.



Principais ações:

- Construção/reabilitação das estruturas em 6 sítios de mobilização hídrica (barragens, tomadas de água e reservatórios);
- Redes de irrigação em gota-a-gota e aspersão, alinhadas com sistemas de economia de água;
- Planos de drenagem e proteção de margens;
- Capacitação institucional e criação dos Comités Locais de Gestão da Água (CLGA);
- Implementação de práticas agrícolas inteligentes face ao clima.

Resultados esperados:

- Até 6.706 ha irrigados e produção reforçada;
- Redução das perdas sazonais em 40%;
- Inclusão de 10.000 beneficiários diretos;
- Melhoria da segurança alimentar nacional.

Maturidade: Existem diagnósticos técnicos completos (STUDI 2018) e prioridades territoriais definidas; o projeto está pronto para estudos de engenharia detalhada e EIA/SIA.

Modelo operacional:

- Fase 1 (2026–2028): construção de Manuel Jorge, Godo e Bacharel;
- Fase 2 (2029–2032): expansão às restantes zonas;
- Fase 3 (2033–2035): consolidação e manutenção.

3. Estrutura Económica e Financeira

Investimento total: 107,3 M€

(Infraestruturas 89%, valorização agrícola 8%, governança 3%)

Fase	Montante (M€)	Ação
2026–2030	44,3	Construção de 3 barragens e até 1.000 ha irrigados
2030–2032	41,0	Expansão progressiva até cerca de 2.000 ha
2033–2035	22,0	Consolidação e gestão integrada

Custos anuais de operação: 1,5–2,0 M€ (manutenção, energia, formação).

Fontes de financiamento:

Fonte de Financiamento	%	Valor (M€)	Modalidade
Governo STP	15	16,1	Contrapartida nacional
Multilaterais (FAO, FIDA, BAD, GEF)	45	48,3	Donativos e empréstimos concessionais
UE / bilaterais	15	16,1	Cofinanciamento técnico
Parcerias Público-Privadas (PPP)	15	16,1	Apoio à operação e manutenção
Setor privado / cooperativas	10	10,7	Taxas de uso da água e cofinanciamento

Indicadores de retorno (2035):

- Área irrigada: +125%
- Produção alimentar: +116%
- Importações: -40%
- ROI social: 14–16%
- Payback: 10–12 anos

Mecanismos verdes: acesso ao Fundo Verde para o Clima (GCF), GEF, Blue & Green Bonds, créditos de carbono e fundos rurais.



4. Riscos e Estratégias de Mitigação

Principais riscos:

- Técnicos (engenharia e geotecnia);
- Ambientais (cheias, seca da gravana e alteração de caudais);
- Institucionais (coordenação frágil e limitada capacidade técnica do MADPR — conforme diagnóstico);
- Financeiros (mobilização e previsibilidade dos fundos);
- Sociais (gestão comunitária).

Medidas-chave:

- supervisão técnica independente e estudos geotécnicos;
- aplicação de salvaguardas ambientais (BAD, FAO);
- criação da UTNI – Unidade Técnica Nacional de Irrigação;
- recuperação parcial de custos e criação de um fundo nacional de manutenção;
- formação permanente e gestão participativa via Criação de Comitês Locais de Gestão da Água (CLGA), com regras de uso e manutenção..

Classificação global:

- Técnico/ambiental: risco alto mitigável com engenharia adequada, gestão de caudais e manutenção;
- Financeiro/social: moderado;
- Institucional: requer reforço organizacional e capacitação técnica contínua.

5. Externalidades do Projeto

Sociais

- Segurança alimentar reforçada;
- Criação de 3.000 empregos;
- Inclusão de mulheres e jovens rurais.

Económicas

- Aumento da produtividade e estabilidade de preços;
- Substituição de importações;
- Fortalecimento das cadeias agroindustriais.

Ambientais

- Mitigação de cheias/secas, controlo de erosão e reflorestação;
- Alinhamento com Economia Azul e ODS 13.

Tecnológicas

- Introdução de sistemas inteligentes de irrigação, uso de SIG e sensores;
- Fortalecimento da capacidade técnica nacional.

O projeto combina impacto social e económico com ganhos ambientais e tecnológicos, tornando-se catalisador de desenvolvimento inclusivo e resiliente.

6. Implementação e Governança

Tutela: Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural – MADPR

Execução: Unidade de implementação ligada à célula hidráulica do MADPR

Coordenação: Comissão interministerial envolvendo Agricultura, Ambiente, Finanças, Infraestruturas e a Região Autónoma do Príncipe.

Gestão local: Criação de Comités Locais de Gestão da Água (CLGA) e cooperativas agrícolas.

Parceiros técnicos: FAO, FIDA, BAD/GEF, UE e cooperação bilateral.

Cronograma:

- 2025: Preparação institucional, atualização dos estudos e contratação;
- 2026–2030: Execução das obras prioritárias (Manuel Jorge, Rio D’Ouro, Godo e Bacharel);
- 2030–2033: Expansão e reforço da gestão e manutenção;
- 2033–2035: Consolidação e auditoria final.



7. Proposta de Parceria / Call to Action

Modalidades de parceria:

- PPP (10–15 anos) para operação e manutenção;
- Blended Finance com fundos do GEF/GCF e capital privado;
- Investimento direto (equity) em agroindústria irrigada;
- Financiamento verde (Green/Blue Bonds);
- Fundo Nacional de Irrigação para reabilitação contínua.

Incentivos:

- Isenções fiscais e aduaneiras;
- Acesso a concessões agrícolas;
- Garantias soberanas e cofinanciamento público (15%);
- Enquadramento em fundos climáticos e carbono.

Próximos passos:

- Validação do Business Case no Fórum de Bruxelas 2025;
- Apresentação a investidores e parceiros;
- Lançamento dos estudos de engenharia e EIA/SIA;
- Assinatura de acordos-quadro de cofinanciamento e PPP;
- Criação da Unidade Técnica Nacional de Irrigação (UTNI) para coordenação nacional.

“A água é o futuro da resiliência e da produtividade em São Tomé e Príncipe.”

Este projeto permitirá triplicar a área irrigada, reforçar a segurança alimentar e consolidar a transição para uma Economia Azul e Verde, garantindo benefícios duradouros para o país e os seus investidores.

Síntese Final

O Projeto “Construção de Infraestruturas e Recursos de Irrigação” é um investimento estruturante de 107,3 milhões €, tecnicamente validado e alinhado com os ODS e a visão São Tomé e Príncipe 2040. Combina infraestruturas hídricas, inovação tecnológica, capacitação institucional e impacto social num único programa nacional de transformação agrícola e climática.



